

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

ASSUNTO: REQUERIMENTO – Despesas de apoio jurídico nos processos de construção e fretamento de navios para transporte marítimo de passageiros na RA dos Açores.

No âmbito das operações de transporte marítimo de passageiros o Governo Regional deliberou contratar a construção de dois navios tipo ferry.

Nesse processo, e após diversas contingências não explicadas, procedeu-se à resolução do contrato celebrado.

Na sequência dessa resolução foram accionadas garantias bancárias que foram alvo de uma providência cautelar contestada pela empresa de capitais exclusivamente públicos regionais Atlanticoline SA.

Após uma inspecção realizada pelas inspecções gerais das Finanças e da Defesa, foi acordado, em tribunal arbitral, a sanação do diferendo entre as partes.

Nesse processo de contestação da providência cautelar e acordo no seio do tribunal arbitral, foram contratados serviços jurídicos do conhecimento público e que ascenderam a 350 mil euros conforme consta em:

http://www.base.gov.pt/_layouts/ccp/AjusteDirecto/Detail.aspx?idAjusteDirecto=114590

e

http://www.base.gov.pt/_layouts/ccp/AjusteDirecto/Detail.aspx?idAjusteDirecto=114586

No entanto, no âmbito das inquirições efectuadas nos trabalhos da Comissão de Inquérito à construção dos navios Atlântida e Anticiclone é referido, por mais do que um inquirido, entre eles o Secretário Regional da Economia, a existência de outros serviços jurídicos prestados à Região no âmbito das operações de transportes marítimos de passageiros e viaturas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados signatário solicita ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

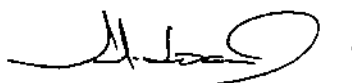
1 – Qual o âmbito, extensão e preço final dos serviços jurídicos contratados, incluindo os referidos supra, no âmbito do processo de construção dos navios "Atlântida" e "Anticiclone"?

2 – Que outros serviços jurídicos foram, até esta data, contratados pelo Governo e Atlanticoline, directa ou indirectamente relacionados com o transporte marítimo de passageiros, bem como o preço pago e as respectivas finalidades?

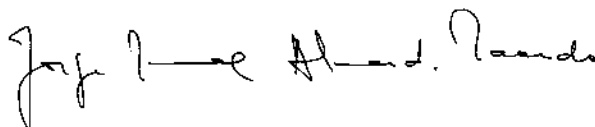
Com os melhores cumprimentos.

Ponta Delgada, 26 de Julho de 2010

Os Deputados



António Marinho



Jorge Macedo



João Bruto da Costa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 3020	Proc. N.º 54-09-00
Data: 010/07/26	309/12